

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO ( PÔSTER )

NOME: ISABELA CRISTINE FERNANDES

TÍTULO: ASPETOS JURÍDICOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA SERRA DA CANASTRA

AUTORES: ZÁIRA GARCIA DE OLIVEIRA, ISABELA CRISTINE FERNANDES, ISABELA CRISTINE FERNANDES, ZÁIRA GARCIA DE OLIVEIRA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): FAPEMIG

PALAVRA CHAVE: DIREITO AMBIENTAL, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, SERRA DA CANASTRA

**RESUMO**

Analizamos a relevância na área do Direito Ambiental dos chamados espaços territoriais especialmente protegidos, popularmente conhecidos como unidades de conservação. Constituem espaços tutelados pela Constituição Federal e por outros dispositivos legais, tais como a lei 6.938/81 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e a lei 9.985/2000 que concebe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Nesse sentido, esses espaços são legalmente protegidos por constituírem ecossistemas naturais de grande importância ecológica e riqueza natural, sendo que cada categoria possui objetivos e objetos de proteção previstos em lei. Dentre as diversas categorias de unidades de conservação, enfocamos no presente estudo a categoria dos Parques Nacionais, no qual o Parque Nacional da Serra da Canastra se enquadra. Dessa forma, tem-se como objetivo analisar sob o aspecto jurídico a referida unidade de conservação, de modo a investigar os efeitos legais sobre a região protegida e propor ideias para a solução de conflitos existentes na região. Nesse sentido, a escolha pelo Parque Nacional da Serra da Canastra deve-se a sua importância na região sudoeste de Minas Gerais, em virtude de seu valor socioambiental e por estar localizado nos arredores da Universidade do Estado de Minas Gerais, abrangendo seis municípios mineiros. Para a realização do estudo utilizamos a metodologia dedutivo bibliográfica, buscando documentos na literatura nacional e internacional que tratam das Unidades de Conservação e pesquisa bibliográfica em normas legais que tratam dos direitos ambientais relativos ao Parque Nacional da Serra da Canastra. Tem-se como resultados parciais do estudo a identificação de divergências entre os direitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro e a realidade do Parque Nacional da Serra da Canastra, além da falta de certos mecanismos de proteção e educação ambiental na região, não atendendo em diversos âmbitos aos direitos e princípios do Direito Ambiental